

# Câmara aprova pacote fiscal, mas atenua freio a BPC e supersalários

Contas públicas Pacote de corte de gastos

## Câmara aprova pacote de redução de gastos, mas atenua BPC e supersalários

— Deputados esvaziam propostas, mas governo consegue mudar regra de reajuste do salário mínimo, que terá ganho real limitado – o que dá fôlego ao caixa da Previdência

ALVARO GRIBEL  
DANIEL WETERMAN  
MARIANA CARNEIRO  
BRASÍLIA

A Câmara concluiu a votação do pacote de corte de gastos do governo federal. Ao todo, foram dois projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição – dos quais, um dos projetos e a PEC também já haviam sido avaliados até ontem à noite pelo Senado. Durante o trâmite, porém, os parlamentares esvaziaram trechos das propostas.

A equipe econômica conseguiu a aprovação de medidas-chave do pacote, como a mudança na forma de correção do salário mínimo – que terá como limite o teto estabelecido pelo arcabouço fiscal (2,5% ao ano acima da inflação). O piso

nacional é usado hoje para o reajuste de parte das despesas da Previdência. Em contrapartida, os deputados atenuaram propostas como a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a fixação de travas para os supersalários no funcionalismo público federal.

Também foi retirado trecho que estabelece que a despesa federal alocada no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) crescerá limitada ao IPCA. Hoje, o fundo – usado para manter a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, além de dar assistência à execução de serviços públicos de saúde e educação – é corrigido pela Receita Corrente Líquida (RCL).

O Ministério da Fazenda estimou, antes da votação, que os três projetos juntos devem gerar uma economia de R\$ 71,9 bilhões em dois anos, mas especialistas em contas públicas contestam o cálculo e preveem uma economia menor, entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões. A equipe econômica assegura que a economia estimada com o pacote de corte de gastos está mantida, mesmo com as mudanças realizadas na Câmara (mais informações na pág. B2).

A avaliação de que o pacote é insuficiente para equilibrar as contas públicas foi uma das



BRUNO SPADA/AGÊNCIA CÂMARA

Arthur Lira (sentado, à esq.) conversa com deputados durante sessão

razões apresentadas no mercado para a forte alta do dólar nos últimos dias. Ontem, a moeda americana chegou a bater em R\$ 6,30, e só recuou depois de o Banco Central vender US\$ 8 bilhões no dia em moeda (mais informações nas pág. B4 e B7).

**BCP.** Como antecipou o Estadão, havia forte resistência para mudanças no BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda – que registra um crescimento de gastos de 16% em 12 meses até outubro, o que preocupa a equipe econômica. O texto aprovado derrubou várias medidas do projeto original da Fazenda, mas manteve a necessidade de biometria para o recebimento do benefício e disse que só re-

ceberá o BPC pessoas com deficiência (além de idosos) que tiverem limitações de moderada para grave. O governo previa R\$ 12 bilhões de economia com as medidas até 2030, e agora o cálculo terá de ser refeito.

**SUPERSALÁRIOS.** A PEC manteve o comando constitucional para tentar combater os supersalários do funcionalismo público. Mas uma lei ordinária – e não mais uma lei complementar, como propôs a Fazenda – vai definir quais tipos de “penduricalhos” poderão ser excluídos do teto remuneratório.

Na prática, a medida foi flexibilizada, pois uma lei ordinária exige menos votos para ser aprovada, o que pode abrir

mais espaço para penduricalhos – ou seja, para pagamentos de benefícios fora do teto, calculado hoje em R\$ 44 mil mensais, equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, o texto anterior era mais rígido, pois dizia que “somente” poderiam sair do teto remunerações expressamente autorizadas em lei – a proposta aprovada retirou o termo “somente”, deixando uma regra mais flexível. Como mostrou o Estadão, o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Frederico Mendes Jr., fez lobby dentro do plenário da Câmara em defesa da categoria na quarta-feira.

**SALÁRIO MÍNIMO.** Um dos trechos aprovados pela Câmara mudou a fórmula de reajuste do salário mínimo, que hoje é atualizado pelo resultado do índice de inflação medido pelo INPC em 12 meses até novembro do ano anterior acrescido do avanço do PIB de dois anos antes. Agora, a regra mantém o crescimento real, mas considera que a alta do PIB seja limitada aos mesmos índices do arcabouço fiscal: de 0,6% a 2,5% acima da inflação, a depender do resultado das receitas no ano anterior. ●

### Economia

**R\$ 71,9 bi** é a estimativa de economia do governo com a aprovação dos três projetos que integram o pacote fiscal

**R\$ 50 bi** é quanto especialistas avaliam que o pacote pode economizar

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: b Pagina: 1